CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 11 de novembro de 2026



CNTI participa de audiência no STF como *amicus curiae* em ação sobre redução da jornada de trabalho



O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), **José Reginaldo Inácio**, a Secretária p/Assuntos de Trabalho da Mulher, Idoso e Juventude e presidente da NCST, **Sônia Zerino,** e o secretário-geral, **Nelson Bonardi**, participaram, nesta terça-feira (10), no Supremo Tribunal Federal (STF), da audiência de conciliação convocada pelo ministro Flávio Dino para discutir aspectos relacionados à implementação da jornada de trabalho no modelo 5x2. O encontro reuniu representantes de 21 entidades, entre centrais sindicais e confederações patronais, com o propósito de promover o diálogo e buscar entendimentos sobre os desdobramentos da nova disciplina constitucional.

A discussão teve como foco duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) em tramitação na Suprema Corte, que questionam dispositivos da Emenda Constitucional nº 141/2026 e apresentam reivindicações relacionadas aos prazos e às condições de implementação da redução da jornada. A primeira, ADI 8041, foi ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), enquanto a segunda, ADI 8042, é de autoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ambas tratam de questões que envolvem a reorganização das jornadas e os impactos da mudança nos diferentes setores produtivos.



Nesse contexto, a CNTI foi admitida junto ao STF como *amicus curiae* na ADI 8042, buscando contribuir formalmente com o debate jurídico e apresentar a perspectiva dos trabalhadores industriais. A manifestação, encaminhada ao ministro-relator Flávio Dino, fundamenta-se na representatividade nacional da Confederação e no interesse direto das categorias profissionais que representa. No documento, a entidade defende a constitucionalidade da Emenda nº 141/2026, a preservação dos direitos conquistados, a proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores e a valorização da negociação coletiva. A CNTI também sustenta que eventuais dificuldades de adaptação dos setores produtivos devem ser enfrentadas por meio do diálogo e de soluções negociadas, sem comprometer a efetividade dos novos direitos constitucionais.



A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), representada por sua presidente, Sônia Zerino, também participou das articulações institucionais, integrando o conjunto de entidades dos trabalhadores envolvidas nas discussões. A atuação da CNTI no STF reafirma o compromisso da Confederação com a representação dos trabalhadores da indústria e com a participação ativa nos debates que envolvem a organização do trabalho, a redução da jornada e a garantia de melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Semana Nacional de Negociação Coletiva mobiliza representantes de trabalhadores e empregadores de todo o país

Atividades acontecem de 23 a 27 de novembro nas SRTEs, além de um encontro nacional dia 24/11 em São Paulo para discutir as mudanças atuais que impactam as relações de trabalho



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) promove, de 24 a 27 de novembro, em todas as SRTEs a Semana Nacional de Negociação Coletiva 2026, com o tema "Negociação coletiva e Garantia de Direitos nas Relações de Trabalho". A iniciativa reúne representantes de trabalhadores, empregadores, entidades sindicais e instituições públicas nas superintedências regionais e paralelamente, em São Paulo, no dia 24 de novembro acontece o Encontro Nacional sobre o tema.

A programação prevê encontros, debates e atividades voltados ao fortalecimento do diálogo entre trabalhadores e empregadores e a discussão de temas que impactam as relações de trabalho. A proposta é ampliar os espaços de diálogo e estimular a negociação coletiva como instrumento de construção de entendimentos, prevenção de conflitos e garantia de direitos.

Serão abordadas nos encontros questões relacionadas à organização sindical, às mudanças na legislação trabalhista, às condições de trabalho e os desafios atuais das relações laborais, discutindo temas como a jornada de trabalho e o papel dos sindicatos na transição para novos modelos de jornada, saúde mental dos trabalhadores, igualdade salarial, custeio sindical, práticas antissindicais e mediação nas negociações coletivas.

A programação também contempla discussões sobre a atuação das Superintendências Regionais do Trabalho no apoio às pautas sindicais e na mediação de conflitos, além de temas específicos das realidades e demandas de cada estado.

Veja programação

Atividade nacional
Como parte da Semana ocorrerá em São Paulo, no dia 24 de novembro, um encontro nacional na Fundacentro, com transmissão ao vivo pelo canal do Ministério do Trabalho e Emprego no YouTube, reunindo representantes de trabalhadores, empregadores e instituições envolvidas com as relações de trabalho para debater os desafios e as perspectivas da negociação coletiva no Brasil.

Semana Nacional
A Semana Nacional de Negociação Coletiva integra as ações do MTE de valorização do diálogo social e de fortalecimento das relações coletivas de trabalho. A negociação coletiva permite que trabalhadores e empregadores discutam condições de trabalho e construam soluções por meio da representação sindical, respeitando os direitos previstos na legislação.

Ao promover atividades simultâneas nas diferentes regiões do país, a iniciativa busca aproximar os atores envolvidos nas relações de trabalho e ampliar a participação das entidades representativas na discussão de temas de interesse coletivo.

Fonte: MTE

NT analisa impactos de modelos eleitorais mistos na Câmara

Estudo simula três modelos com base nas eleições de 2026 e aponta mudanças na representação partidária.



Nota técnica elaborada pelo consultor Luiz Alberto dos Santos analisa os possíveis impactos da adoção de um sistema eleitoral misto na composição da Câmara dos Deputados, com base nos resultados das eleições de outubro de 2026.

O estudo compara o sistema proporcional vigente com três alternativas: misto majoritário-partidário, misto proporcional paralelo e misto proporcional compensatório. As simulações consideram a distribuição das 513 cadeiras, combinando a votação

individual dos candidatos com diferentes critérios de representação partidária.

No modelo majoritário-partidário, o PL ampliaria sua bancada de 121 para 205 deputados, enquanto outras legendas perderiam espaço. Já o modelo compensatório produziria uma composição mais próxima do resultado eleitoral efetivo.

A análise contribui para o debate sobre a reforma eleitoral ao examinar os efeitos de cada modelo sobre a proporcionalidade, o pluralismo político e a representação parlamentar.

Leia a nota técnica na íntegra e confira os resultados das simulações.

Fonte: Diap

Comissão discute falta de auditores-fiscais do trabalho nesta quarta-feira



Alice Portugal afirma que os auditores-fiscais garantem que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados - Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados realiza, nesta quarta-feira (11), às 16 horas, audiência pública para discutir o déficit no número de auditores-fiscais do trabalho no Brasil.

O debate será realizado no plenário 9, por iniciativa da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

O objetivo é avaliar os impactos da redução do quadro de profissionais responsáveis pela fiscalização das condições de trabalho e discutir medidas para fortalecer a carreira.

Segundo Alice Portugal, apenas 3% dos estabelecimentos brasileiros são devidamente fiscalizados.

Prejuízos
A deputada afirma que a falta de auditores compromete:

- as ações de combate ao trabalho escravo e infantil, à informalidade e à discriminação no mercado de trabalho;

- as ações de prevenção de acidentes, promoção da saúde e segurança dos trabalhadores; e

- as ações para fazer cumprir a lei sobre aprendizagem profissional e cotas para pessoas com deficiência.

Alice Portugal alerta que a perspectiva de aposentadoria de centenas de auditores nos próximos cinco anos pode agravar ainda mais a situação.

"Fortalecer a Auditoria-Fiscal do Trabalho é garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados. Precisamos recompor essa carreira, que é essencial para a defesa da dignidade humana, da justiça social e da democracia", afirmou a parlamentar.

Fonte: Agência Câmara

O terceiro turno das eleições

*Neuriberg Dias**



A reeleição do presidente Lula para o quarto mandato presidencial acirrou as expectativas do mercado financeiro, e a reação foi imediata: queda da bolsa, alta do dólar e juros futuros nas máximas do ano. Parte relevante dos agentes havia apostado na eleição de Flávio Bolsonaro e num ajuste fiscal sob seu governo. O episódio deixa claro como os mercados influenciam a política — mas de uma posição de interesse.

O artigo do economista André Lara Resende ajuda, de certa forma, a desmontar essa posição do mercado. Ao questionar a visão predominante no mercado financeiro de que o desequilíbrio fiscal decorre fundamentalmente do excesso de gastos públicos, o autor não oferece apenas uma opinião diferente: traz um diagnóstico. Ele expõe que a tese do "corte de gastos como única saída" é uma escolha ideológica apresentada como lei econômica. Quem defende esse receituário não está descrevendo a realidade — está

defendendo uma agenda. E uma agenda que, não por acaso, preserva posições de renda e privilégios.

Lara Resende reconhece que o Estado gasta mal: emendas parlamentares, vantagens do Judiciário, vinculações de receitas, isenções e subsídios de toda ordem. Mas sustenta que o problema principal é outro. Com um déficit primário entre os menores do mundo, o que desequilibra as contas é o serviço da dívida: um custo médio de endividamento na casa dos dois dígitos sobre uma dívida bruta superior a 80% do PIB. O corte de gastos, nessa leitura, não é a causa nem a solução — é a parte visível de um problema cujo núcleo é a taxa de juros, segundo Resende.

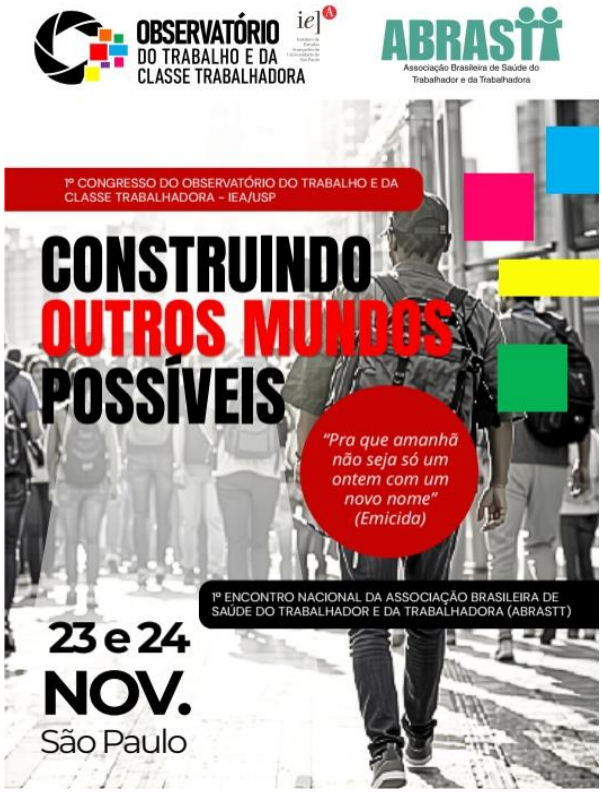
Os governos Lula 1, 2 e 3 têm governado com responsabilidade, e os resultados estão à vista: crescimento sustentável, novos negócios, controle da inflação, geração de emprego, ampliação de direitos, valorização de aposentadorias e do salário-mínimo e retomada do investimento público. Os alarmismos recorrentes não se confirmaram nos fatos. A agenda que elegeu o presidente em 2022 e agora em 2026 era exatamente essa — a retomada do crescimento com inclusão, e não o ajuste sobre os ombros dos mais pobres, dos servidores públicos, dos aposentados, dos pensionistas e dos trabalhadores em geral.

O Congresso Nacional é o espaço legítimo onde essa disputa deve se resolver, e não nas expectativas de mercado, que respondem a seus próprios interesses. Fazer uma agenda fiscal orientada somente para o corte de direitos, de políticas públicas e de investimentos não funcionou para o país e, em particular, nesse ambiente geopolítico de conturbado com conflitos, tarifaços e emergência climática. O Executivo e o Legislativo, ambos legitimados pelo voto, fizeram a leitura do recado dado pelas urnas em vez da chancela de agentes cuja função é maximizar retorno, não definir o interesse nacional.

A vontade de segmentos econômicos é legítima, mas querer passar por cima da vontade popular é um erro que a própria eleição tratou de desfazer em vários momentos da história política brasileira. Porém, essa disputa deve perdurar pelos próximos quatro anos — numa espécie de terceiro turno das eleições presidenciais, encampado pelo mercado financeiro e pela oposição no Parlamento.

** Jornalista, Analista Político, Consultor de Relações Institucionais e Governamentais, Sócio-Diretor da Contatos Assessoria Política e Diretor de Documentação do DIAP.*

Fonte: Diap



https://www.iea.usp.br/eventos/outros-mundos-possiveis

